

Fontes historiográficas: os rastros se perpetuam na história

letrônica

Ângela Maria Garcia dos Santos Silva¹

Antes do século XVII, não existia literatura no Brasil porque o país era ainda jovem e estava em formação. Se pensarmos em autores e obras a partir do período que compreende o início deste século até o final do século XVIII, verificaremos que o produto literário era demasiadamente escasso contabilizando poucos escritores. À falta do elemento estético, essa lacuna foi preenchida pela historiografia literária no século XIX, e foi assim que a literatura brasileira nasceu sob o signo da inversão. Esse discurso historiográfico ajudou a construir a literatura do país, pois se ainda não existia, falou-se sobre ela, tornando-se, desse modo, o foco das discussões intelectuais.

Muitos estudiosos não apenas falaram sobre o tema em questão como participaram efetivamente do desenvolvimento da nossa literatura ao registrarem a cor local, os costumes, a religião e os modos do povo brasileiro, como aspectos de diferenciação e originalidade dos quais poderiam se servir os poetas nacionais. Alguns estrangeiros como Ferdinand Denis e Almeida Garrett prescreveram como deveria ser a poesia nacional através de textos hoje considerados fundadores da historiografia literária.

Esses primeiros textos vão deixando rastros² sobre os quais, ao mesmo tempo em que a literatura nacional e o cânone se formam a partir dos rumos apontados por esses críticos, a historiografia brasileira igualmente vai se constituindo através da confirmação das fontes

¹ Doutoranda em Teoria da Literatura no Programa de Pós-Graduação em Letras, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

² Por rastro entendemos o conceito de Paul Ricouer em *Tempo e narrativa*, volume III, página 200 em que esclarece: “o rastro é visível aqui e agora, como um vestígio, uma marca. Por outro lado, há rastro porque antes um homem, um animal passou por ali.” E na página 201: “o rastro convida a segui-lo, a voltar, por meio dele, se possível, até o homem e até o animal que passaram por ali...”(...) “o rastro indica aqui, portanto no espaço, e agora, portanto, no presente, a passagem passada dos vivos; ele orienta a caça, a busca, a investigação, a pesquisa.”

consultadas pelos intelectuais que estão escrevendo essa historiografia. Este estudo pretende, então, identificar como essas fontes vão se perpetuando na história e a razão por que esses estudiosos invocam os textos uns dos outros.

Mas antes desses dois estudiosos, o primeiro vestígio escrito sobre autores brasileiros foi deixado por Friedrich Bouterwek, em 1805. Sua obra serviu de consulta não apenas para Denis e Garret, mas para outros pesquisadores como Domingos José Gonçalves de Magalhães e João Manuel Pereira da Silva. Em uma leitura retrospectiva envolvendo textos que compreendem o período de 1805 a 1955, percebe-se que, se alguns pesquisadores deixaram de citar esse primeiro desbravador da literatura ocidental, reafirmaram, entretanto, uns aos outros como ponto de partida para contrariar, criticar, corrigir ou, ainda, para corroborar com suas teses.

Em seu estudo crítico intitulado *Bouterwek – os brasileiros na Geschichte der Poesie und Beredsamkeit*³, Guilhermino César aponta Bouterwek como o precursor da nossa historiografia literária, embora a parte documental de sua obra demonstre que ele conhecera superficialmente os autores brasileiros.

Utilizando o critério estético, o professor Friedrich Bouterwek apresentou juízo de valor ao destacar os autores brasileiros Claudio Manuel da Costa e Antônio José da Silva, conhecido pela alcunha de Judeu. O crítico traçou uma comparação entre os dois escritores e creditou a Claudio Manuel da Costa o pioneirismo da renovação estética daquele momento. Segundo suas palavras, o poeta depurou a poesia a partir do estudo dos clássicos. Por esse motivo, Bouterwek valorizou seus sonetos e destacou a sua superioridade na composição do texto poético. Já as peças do Judeu eram híbridas, uma mistura de ópera italiana (mais apreciada pela corte) e de ópera portuguesa, o que não agradava a Bouterwek, apesar de que via como positiva a aceitação do público. Essa foi a razão por que o crítico escolheu o Judeu: pela receptividade de sua obra, pois o público português divertia-se com as operetas de caráter cômico que escrevia. As peças escritas à mão eram disputadas pelos portugueses devido ao seu tom irônico, rude e vulgar. Segundo o crítico, o público não se encontrava em condições intelectuais de compreender uma cultura mais elevada, incluíam-se aí as classes mais cultas e a corte que igualmente se interessavam por textos dessa natureza.

³ Bouterwek escreveu uma enciclopédia intitulada *Geschichte der Poesie und Beredsamkeit*, da qual o livro *Geschichte der portugiesischen Poesie und Beredsamkeit* é o quarto tomo da série. A enciclopédia, publicada em 1805, foi traduzida para o francês em dois volumes no ano de 1812; para o inglês também em dois volumes no ano de 1823, e para o espanhol, em 1829.

A obra de Friedrich apresenta ainda o critério histórico e político se considerarmos que, embora nascidos no Brasil, esses dois autores são por ele elencados como patrimônio literário de Portugal.

Os próximos rastros historiográficos são deixados pelo francês Ferdinand Denis e pelo português Almeida Garrett. Os textos desses dois estrangeiros marcaram profundamente a geração romântica e influenciaram diretamente no rumo das nossas Letras. Lidos pelos intelectuais brasileiros, Denis e Garrett propuseram a exaltação da abundante natureza do país, dos costumes, da religiosidade e dos modos do povo brasileiro como aspecto principal de originalidade da nossa literatura.

Para escrever o seu *Resumo da História Literária do Brasil*, publicado em 1824, o francês, que percorreu o Brasil entre 1816 e 1819, consultou as obras de Bouterwek, de Sismonde de Simondi, de Diogo Machado e de Soares Brito⁴.

De todos, afirmou que somente Bouterwek e Sismondi deram-se à análise literária. Nas demais fontes, encontrou apenas preciosas indicações. Sobre Claudio Manuel da Costa, elogiado por Bouterwek por sua poesia pura e elevada, Denis acreditava ter se tornado o poeta brasileiro demasiado europeu em suas metáforas por influência do estudo das obras dos poetas clássicos italianos.

Ao considerarmos que o *Resumo* foi escrito no período pós-independência, notamos que Denis apontou um critério político em relação a Portugal, pois se os americanos não se submetiam à política europeia, assim deveria ser também em relação à literatura. Orientando para o futuro, enfatizou que os poetas nacionais deveriam, portanto, abraçar a literatura do país de modo a torná-la também independente.

Assim, a nova poesia surgiria com as ideias do novo mundo e com a valorização do que era local. Partindo dessa premissa, listou diversos autores que, para ele, davam conta dessa originalidade que marcou a nossa autonomia literária. Mas os três grandes textos que elegeu foram *Caramuru*, *Uraguai* e *Marília de Dirceu*.

Ao analisar Santa Rita Durão, explicou que *Caramuru* não lhe foi agradável em relação à estética porque tratava-se de uma obra mal escrita com numerosos defeitos. Esclareceu, no entanto, que o exame deste poema foi necessário por ter reconhecido nele o caráter nacional, exemplo da individualidade da literatura brasileira.

⁴ Não é necessário citarmos novamente o título da obra de Bouterwek por já termos feito referência a este texto. No entanto, é preciso esclarecer sobre os textos dos demais autores a que Denis se refere: a obra *De la Littérature du Midi de l'Europe*, de Sismonde de Simondi, publicada em 1968; a *Biblioteca Lusitana*, de Diogo Machado, publicada em 1741 e terminada somente em 1759; e o *Dicionário Bibliográfico*, de Soares Brito, em 23 volumes, iniciados no século XVIII e concluídos por P.V. Aranha, amigo de Brito no século XIX.

Ao contrário do juízo que lançou sobre o texto de Santa Rita Durão, Denis acreditava que, esteticamente, Basílio da Gama soube compor com melhor perfeição o seu poema *Uruguai*. Valorizou principalmente a correção de estilo e a habilidade com que o poeta descreveu o novo mundo.

Já *Marília de Dirceu*, de Tomáz Antônio Gonzaga, entrou na relação do estudioso por responder à nacionalidade no que se refere à receptividade da obra e por ter sido esse texto extremamente popular entre os brasileiros. Considerou a ingenuidade da poesia de Gonzaga, a graça de expressão e o encanto inerente aos queixumes sinceros do coração enamorado, mas censurou o exagerado emprego de metáforas sugeridos pela mitologia, e de formas da poesia pastoral difundido por Fontenelle.

Como Ferdinand Denis, Almeida Garrett, em seu “Bosquejo da história e da poesia e língua portuguesa”, publicado em 1826, teve como um dos critérios de julgamento a nacionalidade dos textos que garantiam a superioridade das obras. Reclamou igualmente da falta de originalidade dos poetas brasileiros provocada pela educação europeia que pode ter-lhes apagado o espírito nacional. Fazendo isso, e exatamente como fez Denis, recomendou aos nossos poetas que prestassem atenção à natureza de modo a conferir autenticidade à poesia.

Entretanto, Garrett não desvinculou a produção literária brasileira da portuguesa por dois motivos: primeiro, pelo critério linguístico, que junta as duas literaturas portuguesas, e esse foi o motivo por que não falou na independência política do Brasil; segundo, porque o seu principal objetivo era a divulgação da poesia do seu país. Para o crítico, os autores brasileiros apenas representavam uma renovação das letras portuguesas através da temática, daí não separar as literaturas, já que essa característica ajudava a exaltar as letras de Portugal.

Para escrever o seu texto, Garrett não deixou claro qual das traduções de Bouterwek consultou, provavelmente, a inglesa, de 1823. Foi a partir da leitura de uma dessas traduções e também da leitura de um texto de Sismonde de Sismondi⁵ que ele julgou ter prestado algum serviço à literatura portuguesa em oferecer o seu “Bosquejo”, com o qual corrigiu as falhas desses dois autores estrangeiros. De acordo com suas palavras, teve muito trabalho para realizar essas correções, pois Bouterwek e Sismondi mais confundiram do que ajudaram a conceber e ajuizar a história literária de Portugal.

Mesmo dizendo que Bouterwek pouco ajudou a conceber a literatura de seu país, Garret, exatamente como aquele o fez, destacou Claudio Manuel da Costa como o maior

⁵ Garrett não esclarece a qual texto de Sismonde de Sismondi teve acesso.

poeta brasileiro. Entretanto, apesar de reconhecer a excelência de sua obra, deu maior destaque a Basílio da Gama por mostrar-se verdadeiramente nacional, do mesmo modo que fez Denis. Não há indícios no texto de Garrett que nos faça afirmar que tenha lido o texto de Ferdinand Denis, todavia a coincidência de avaliações dos três principais textos destacados pelo francês, aproxima os juízos dos mesmos entre os dois críticos estrangeiros. Na verdade, os juízos que fazem sobre as mesmas obras são quase idênticos, o que nos faz pensar que, talvez, Garrett tenha lido o texto de Denis, já que este escreveu em 1824 e o português dois anos depois.

Também como Denis, Garrett reconheceu a popularidade dos versos de Tomáz Antônio Gonzaga, em *Marília de Dirceu*, pelos mesmos motivos: a ingenuidade e a graça com que o poeta desenhou seus versos.

Sobre o *Caramuru*, de Santa Rita Durão, ele destacou a descrição da natureza grandiosa sentindo-se obrigado a analisar a obra épica desse autor, ainda que repleta de imperfeições, por estar revestida de caráter nacional.

O primeiro brasileiro a escrever sobre a literatura do país foi José Domingos Gonçalves de Magalhães. Em seu estudo intitulado “Ensaio sobre a história da literatura no Brasil”, publicado em 1836, fez referência a Bouterwek, a Sismonde de Sismondi e a Ferdinand Denis como os estrangeiros que alguma coisa disseram sobre a literatura brasileira.

Sem se alongar nessas questões, mostrou apenas que o primeiro conhecia Claudio Manuel da Costa; que o segundo pautou-se inteiramente sobre o primeiro; e que o terceiro registrou a separação das literaturas do Brasil e de Portugal, mas que bastava uma breve olhar para notar-se o quão longe estavam essas literaturas de serem completas, servindo unicamente para dar uma ideia a estrangeiros.

O seu texto é importante porque invocou o país a combater os germes depositados pela Europa e a cultivar as suas próprias letras, ciências, economia e indústria. Conforme Magalhães, o Brasil herdou de Portugal a poesia e a literatura e os poetas nacionais esqueceram-se de cantar as belezas naturais encantados pela “bela estrangeira”.

Gonçalves de Magalhães não só foi o primeiro brasileiro a chamar a atenção da mocidade para o estudo dos documentos esquecidos da nossa limitada glória literária e ao mesmo tempo engrandecê-la e revelá-la com novos escritos originais, como ele mesmo publicou, em 1832, o seu primeiro livro intitulado *Poesias*. Essa obra fora avaliada no ano de 1833, no estudo do crítico Justiniano José da Rocha, em seu “Ensaio crítico sobre a coleção de poesias do Sr. Dr. D. J. G. Magalhães” como uma importante expressão de nacionalidade e amor pelo Brasil. Segundo Justiniano, foi graças a Magalhães que as “coisas do Brasil”

substituíram as da Europa. Apesar da boa crítica que receberam os versos do poeta, vale ressaltar que ele não cumpriu à risca o seu próprio projeto de brasilidade, pois escreveu seus versos utilizando o modelo clássico.

Magalhães ia, dessa forma, se afirmando na literatura brasileira como crítico e como representante das nossas letras. O poeta também foi citado por outro contemporâneo seu chamado João Manuel Pereira da Silva no texto “Parnaso brasileiro”, publicado em 1836, em que começava a ser desenhando como uma referência para a literatura nacional.

Pereira da Silva leu o ensaio de Magalhães publicado na *Revista Brasiliense* e sobre esse texto, lembrou que o poeta já havia proclamado aos brasileiros que estudassem a sua história, natureza e usos do país. De acordo com suas palavras, Magalhães deu exemplo do seu projeto nas suas obras e inaugurou o Romantismo no Brasil.

Pereira da Silva citou, ainda, Denis e Garrett para dizer que esses autores já haviam constatado que a literatura brasileira nada tinha de nacional no século XVIII por ser imitação da literatura portuguesa, que já era cópia da literatura francesa.

Até Pereira da Silva, a literatura apareceu como uma prospecção, um projeto para o futuro. O crítico tentou, então, cumprir o papel de reabilitar as obras esquecidas pelos outros estudiosos lembrando os nomes que ilustraram o país e respondendo a uma das propostas de Gonçalves de Magalhães quando chamou a atenção da mocidade brasileira para o estudo dos documentos literários esquecidos.

A partir do conceito universal de que literatura é o desenvolvimento das todas as forças intelectuais de um povo, a expressão do grau de ciências que possui, a reunião de tudo quanto exprimem a imaginação e o raciocínio pela linguagem e pelos escritos, Pereira da Silva começou a formar uma ideia de literatura brasileira. Listou, assim, desde o século XVII, os eloquentes, os filósofos, os historiadores, os médicos, os poetas e os oradores que se encaixavam nesse conceito.

Nesse momento, tomava corpo um cânone mais consistente em que autores antes citados pelos outros estudiosos iam se confirmando como Claudio Manuel da Costa, Santa Rita Durão (*Caramuru*), Basílio da Gama (*Uraguai*), Antônio José da Silva, o Judeu, Caldas, Alexandre Gusmão, João de Brito Lima e Pe. Antônio Vieira. Já Gregório de Matos, esquecido e marginalizado pelos outros críticos por não se enquadrar no projeto de exaltação da temática nacional e tampouco, citado por Garrett, que pretendia elencar somente autores que elevassem a poesia portuguesa, foi recuperado por Pereira da Silva que valorizou suas sátiras considerando-as picantes, uma lição de mundo e de malignidade, o que as tornava muito agradáveis à leitura.

Assim como ia se constituindo um cânone, formava-se também a historiografia literária do país por meio de textos escritos por intelectuais que se dedicaram ao estudo da literatura brasileira e de fontes textuais que tratavam sobre ela. Esses textos, por nós identificados como rastros, são reafirmados de acordo com o objetivo de cada um desses estudiosos.

Mesmo aqueles que não citaram as fontes de consulta, como o francês Emílio Adet e o brasileiro Joaquim Norberto em seu “Mosaico poético”, publicado em 1844, nos deram a impressão de terem lido o *Parnaso*, de Pereira da Silva, ao se referirem à herança literária de outros povos. Do mesmo modo que este recuperou as origens da literatura, aqueles, usando o critério cronológico e histórico, igualmente percorrem os caminhos da Índia até o Brasil, pois, como explicaram, todas as épocas para existirem, devem levar em consideração o cunho das antecedentes, já que tudo o que existe é resultado da criação anterior.

Adet e Norberto tomaram para si a tarefa de juntar a poesia brasileira para que o Quinto Império possuísse também o seu arquivo sobre a literatura, na qual mais se patenteia a nacionalidade. Fizeram isso como forma de registro para a posteridade. O volume contava com poesias dos passados séculos e com poesias modernas.

A essa altura, tínhamos um *corpus* bem melhor definido do que puderam fazê-lo os primeiros críticos. Mas é importante registrar que a historiografia literária não era pensada de forma linear. Poderíamos dizer, inclusive, que era móvel, uma vez que as ideias avançavam e se ampliavam como podemos verificar na formação desse *corpus*, o qual já iniciava o desenho de uma história da literatura. Assim como avançavam, essas ideias também se retraíam se considerarmos, por exemplo, o fato de os autores fazerem leituras retrospectivas de textos historiográficos ou de recuperarem poemas e autores ainda não citados, como é o caso de Pereira da Silva ao registrar Gregório de Matos. A intenção do escritor é o que vai determinar essa mobilidade da historiografia.

Tanto é assim que o chileno Santiago Nunes Ribeiro se valeu de fontes, como os textos de Ferdinand Denis, Joaquim Norberto, Magalhães, Torres Homem e Garrett para desmontar o que chamou de injusta e mal fundada a acusação de que o Brasil não tinha literatura própria e de que a sua literatura era imitativa e pertencia a Portugal.

Em seu texto “Da nacionalidade da literatura brasileira”, publicado na *Minerva Brasiliense*, em 1843, desmontou os argumentos de dois críticos: o general Abreu e Lima e o Dr. Gama e Castro. O primeiro, disse que o país não tinha literatura; o segundo, que o produto e gênio brasileiros pertenciam a Portugal.

Gama e Castro usou como critério para argumento a língua portuguesa. Segundo ele, o Brasil só teria literatura, se fosse em outra língua que não esta. Porém, para Santiago, a divisão das literaturas não se dava unicamente pela língua, mas pelos costumes, crenças, clima e condições sociais, pois os brasileiros têm hábitos que os diferem dos portugueses. Na concepção de Santiago, o argumento de Gama e Castro não se sustentava por esse critério, pois se fosse assim, os Estados Unidos e a Inglaterra não deveriam possuir literaturas independentes.

Santiago invocou também Garrett para contestá-lo. O crítico chileno não aceitou a lamentação do português sobre a falta de nacionalidade na poesia de Gonzaga quanto à exaltação da natureza do país. Para o português, o poema *Marília de Dirceu* se tornou famoso entre os brasileiros pela sua boa receptividade e por isso Garret lhe conferiu a tal nacionalidade. Mas para Santiago, Gonzaga fez o que podia ser feito para a sua época: eternizou a paixão à Marília com graça e beleza.

Santiago garantiu, em seu texto, que ninguém poderia caminhar na frente de sua época, o que torna difícil para um poeta a representação do belo de outro modo que não fosse o de seu tempo. De acordo com a sua tese, se os poetas dos tempos idos contemplassem a natureza da maneira como os nossos poetas o fazem, não seriam compreendidos.

Também desmontou a hipótese do general Abreu e Lima de que o país não tinha literatura e de que a poesia do Brasil era imitativa. Santiago afirmou que a literatura brasileira não poderia ser uma imitação da portuguesa porque tanto os portugueses como os brasileiros buscaram inspiração no classicismo, ou seja, os escritores nacionais leram os poetas clássicos. A cópia é, portanto, universal. A França imitou a literatura inglesa e a alemã. A Inglaterra imitou a literatura italiana e depois a francesa. Nesse mesmo ritmo, Espanha, Itália e Portugal também se entregaram à imitação. E os poetas brasileiros nada mais fizeram do que se entregarem à lei universal de imitar, mas foram nas fontes. Para demonstrar isso, o crítico exaltou a instrução e superioridade intelectual dos escritores nacionais.

Sendo assim, o gênio e produto brasileiros não pertenciam à Portugal e sim ao clima, ao solo, ao país. A poesia brasileira era, desse modo, filha das florestas, mas educada na Europa. A inspiração dos nossos poetas se desenvolveu através da instrução europeia.

O texto de Santiago é importante porque viu a produção dos poetas com os olhos voltados para o momento de produção. São representações do sentimento da época em que os poemas foram confeccionados e exatamente por isso os poetas não poderiam ter pensado de outra maneira. Para o crítico, a poesia brasileira era tão imitação como foi a poesia da Europa

inteira. E a formação da literatura nacional se deu pela influência europeia, assim como as literaturas dos demais países se formaram também sob a influência de outros.

É interessante observar que o texto de Santiago não era prescritivo, uma vez que ficou no seu tempo discutindo questões que o fizeram recorrer ao passado numa análise retrospectiva para desmontar as opiniões do general Abreu e Lima e do Dr. Gama e Castro.

Isto posto, se iniciamos nossa leitura com os intelectuais estrangeiros, encerramos esse percorrido historiográfico com outro chamado Ferdinand Wolf. *O Brasil literário*, de Wolf, publicado em 1955, foi significativo para a historiografia literária porque, apesar de o brasileiro Joaquim Norberto ter anunciado em seu “Bosquejo da história da poesia brasileira”, a intenção de escrever uma história da literatura brasileira, apresentou apenas fragmentos.

Ferdinand Wolf, citou então Denis, Januário da Cunha Barbosa, Joaquim Norberto, Magalhães, Pereira da Silva, Garrett e Varnhagen apenas como ponto de partida para dizer que o Brasil ainda não contava com uma história da literatura e ele iria, pois, preencher essa lacuna.

Foi esse estrangeiro, que admirado de os brasileiros não terem escrito a história da literatura do seu país, quem deu cabo desse trabalho e o publicou no exterior, interrompendo, dessa forma, o que Joaquim Norberto, como pesquisador nacional, iniciou e poderia ter terminado.

Considerações finais

A retrospectiva historiográfica a que nos dedicamos nos permitiu algumas constatações acerca do que nos importa sobre a semântica dos textos.

Os rastros deixados pelos primeiros estudiosos da literatura brasileira foram seguidos pelos posteriores. Como observamos, nem todos citam Bouterwek, considerado um dos primeiros desbravadores da literatura ocidental. No entanto, é certo que de Ferdinand Denis a Ferdinand Wolf, todos buscaram apoiar-se em textos que melhor dessem conta de confirmar as suas teses. Fosse para criticar, corrigir ou corroborar suas ideias, os intelectuais invocaram o material já existente como um ponto de partida para desenvolverem seus estudos.

Salientamos, porém, que a historiografia não é linear ou progressiva, uma vez que os críticos são movidos por intenções e critérios pessoais, os quais lhes permitem avançar ou retroceder no tempo, excluir, confirmar ou recuperar autores e obras.

Essa elasticidade historiográfica fez com que Pereira da Silva pudesse recuperar Gregório de Matos esquecido pelos estudiosos que o antecederam por não se encaixar no conceito de construção de uma nação que deveria ser exaltada.

Foi através das fontes por nós consultadas, que notamos uma aproximação de juízos entre Denis e Garrett sobre as obras *Caramuru*, de Santa Rita Durão, *Uraguai*, de Basílio da Gama e *Marília de Dirceu*, de Tomáz Antônio Gonzaga.

Também foi pelos textos historiográficos que percebemos Bouterwek e Garrett confirmarem a superioridade poética de Claudio Manuel da Costa, enquanto Denis o achava europeu demais nas suas metáforas e na construção do seu texto; e notamos o critério linguístico utilizado pelo português para unir as literaturas brasileira e portuguesa ser recuperado por Santiago Nunes Ribeiro para justamente provar tese contrária. A língua, para Santiago, não se sustenta como critério para a união das literaturas do Brasil e de Portugal, já que a Inglaterra e os Estados Unidos, por exemplo, possuem a mesma língua e literaturas independentes.

Através dessas leituras, nota-se, ainda, que até Denis a literatura é prospectiva passando a ser retrospectiva a partir de Pereira da Silva, quando olha para os séculos passados e tenta, a partir de um conceito bem amplo de literatura, recuperar a glória literária do país. Ao fazer isso, responde à proposta de Gonçalves de Magalhães que chamou a atenção dos jovens intelectuais brasileiros para o estudo dos documentos esquecidos que confirmariam a nossa limitada literatura.

Constatamos, do mesmo modo, que até Pereira da Silva a literatura é considerada cópia, imitação da literatura portuguesa. Hipótese essa derrubada por Santiago Nunes Ribeiro ao argumentar que a cópia é universal e que a literatura brasileira é tão cópia como a poesia da Europa inteira.

É, enfim, pelos rastros deixados nos textos historiográficos que o estrangeiro Ferdinand Wolf se dá conta da falta de uma história da literatura brasileira e a escreve admirando-se de nenhum brasileiro ter-se dedicado a esse trabalho. É assim também que notamos a confirmação do poeta Gonçalves de Magalhães como uma referência para a literatura nacional e como o responsável pela inauguração do Romantismo no Brasil.

É, sobretudo, pela leitura de todos esses vestígios deixados pelos autores estudados que constatamos que a historiografia literária brasileira se forma e se perpetua através dos próprios textos historiográficos.

Referências

ADET, Emílio e SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Introdução sobre a literatura nacional. In: ZILBERMAN, Regina e MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

BOUTERWEK, Friedrich. História da poesia e eloquência portuguesa. In: CÉSAR, Guilhermino. *Bouterwek – os brasileiros na Geschichte der Poesie und Berendsamkeit*. Porto Alegre: Lima, 1968.

DENIS, Ferdinand. *Resumo da história literária do Brasil*. Porto Alegre: Lima, 1968.

GARRETT, João Batista Leitão de Almeida. Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa. In: ZILBERMAN, Regina e MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, ago. 1999.

RIBEIRO, Santiago Nunes. Da nacionalidade da literatura brasileira. *Minerva brasiliense*, *Jornal de Ciências, Letras e Artes*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, nov. 1843.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa – Tomo III*; tradução Roberto Leal Ferreira; revisão técnica Maria da Penha Villela-Petit. São Paulo: Papyrus, 1997.

SILVA, João Manuel Pereira da. Bosquejo da história da poesia brasileira. In: ZILBERMAN, Regina e MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

WOLF, Ferdinand. *O Brasil literário*. São Paulo: Nacional, 1955.

ZILBERMAN, Regina e MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

Recebido em 23/08/2009

Aceito em 22/09/2009

Contato: angela.silva.001@acad.pucrs.br